

III SEMEAD

AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM ESCOLAS DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Fernando de Rosa^()*

RESUMO

Os processos de avaliação institucional de entidades de ensino superior no Brasil nunca foram implementados de maneira sistemática. Nos últimos 3 anos, o MEC tem trabalhado para criar um modelo de avaliação institucional estruturado, que procure trabalhar com alguns fatores essenciais para a análise justa e coerente. Embora todos modelos possam contemplar vieses ideológicos e pragmáticos, objetiva-se, preferencialmente, modificar a postura de gestores acadêmicos, docentes e alunos, no intuito de criar-se condições para a melhoria do nível de qualidade do ensino superior. No caso específico, a área selecionada foi a de Administração por uma série de razões técnicas ou lógicas. O ambiente onde buscou-se informações de campo quanto ao assunto foi o Distrito Federal. Os resultados encontrados demonstram que os efeitos do processo avaliativo do MEC vêm sendo sentidos nesse grupamento de escolas, provocando mudanças no quadro de docentes, investimentos em infra-estrutura, e posicionamento mais agressivo no mercado.

^(*) Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração da FEA/USP; professor assistente da Universidade de Brasília e professor do pós-graduação (especialização) na FGV/EBAP/Brasília. E-mail: frosa@usp.br e fro@guarany.cpd.unb.br.

INTRODUÇÃO

A ausência de modelos sistemáticos de avaliação institucional do ensino superior é uma característica que permeou o sistema educacional brasileiro por diversas décadas. A polêmica existente articula argumentação teórica, metodológica e política para apoiar ou negar a validade de se estabelecer um mecanismo de controle de qualidade da educação.

No atual momento em que a sociedade brasileira começa a se posicionar de maneira mais exigente frente aos seus governantes e mercados, pressionada por movimentos mundiais de necessidade crescente de qualificação profissional e educacional, abre-se definitivamente o espaço para a discussão do tema da avaliação institucional.

O Ministério da Educação e do Desporto vem envidando esforços no sentido de criar um modelo de análise do ensino superior, contemplando vários focos de interesse. O objetivo maior não é fechar escolas, mas orientá-las para buscar a melhoria do nível de ensino que é oferecido pelo país afora, garantindo a geração de melhores profissionais para os mercados privado e público.

É evidente que todo processo de avaliação apresenta algum viés analítico, normalmente atendendo o interesse maior do gestor do assunto, fortalecendo algumas visões em detrimento de outras.

O ensino superior no Brasil cresceu significativamente nos últimos anos e a demanda por cursos ainda continua aquecida. No entanto, não é só ensino que define esse segmento, mas sim o convívio entre ensino, pesquisa e extensão.

O presente trabalho procura analisar, em um contexto delimitado, que não necessariamente representa o Brasil, os impactos dos trabalhos e avaliação do ensino superior que vêm sendo desenvolvidos nos últimos 3 anos. Para isto, selecionou-se o Distrito Federal, região com características de elevado nível de renda, politização acima da média brasileira, perfil jovem de habitantes e educação como item prioritário no governo local, entre outras. Também restringiu-se o escopo ao selecionar o Curso de Administração como sendo o objeto de estudo prático, em função de afinidade com o ramo e disponibilidade de dados e informações.

Foi elaborado um questionário para servir de roteiro básico para as entrevistas com os coordenadores de curso ou chefes de departamento. Não se elaborou amostragem em decorrência da população ser muito pequena, dando-se preferência ao censo. Também foram avaliados dados estatísticos produzidos pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais para fins de mapeamento das condições escolares e de conciliação entre respostas oferecidas e dados concretos.

Evolução Histórica da Avaliação do Ensino Superior

O Ensino Superior no Brasil apresenta fases distintas de desenvolvimento, com enfoques razoavelmente específicos em cada uma delas. São encontrados desde períodos expansionistas, onde multiplicaram-se as autorizações de funcionamento de cursos superiores, até momentos regulatórios, onde tentou-se conter a proliferação de escolas de baixa qualidade, destituídas de propostas institucionais e educacionais condizentes.

Amorim¹ discorre sobre o papel das universidades nessas etapas, de maneira sintética, segmentando em 4 períodos temporais, a saber: as décadas dos 30 a 50, quando o intuito maior era a criação de conhecimento para a manutenção das elites intelectuais; a década dos 60, quando sob a égide do governo militar e inserção internacional do Brasil na economia, a universidade centrou-se no autoritarismo, no tecnicismo, na disciplina e na ordem; a década dos 70, em que a demanda social por oportunidades e a exigência do mercado de trabalho fez com que se expandisse significativamente o ensino superior de maneira atabalhoada; e a década dos 80, onde discute-se essencialmente a natureza de atuação das universidades e o papel social que representam, trazendo à tona aspectos relativos à qualidade.

¹ Amorim, Antonio & Lian Sousa, S.M.Z. Avaliação institucional da universidade brasileira: questões polarizadoras. In *Estudos em Avaliação Educacional*, Brasília, Vol. X, Jul/Dez-94., pp.123-4.

Sguissardi² argumenta que a expansão dos anos 70, em pleno milagre econômico, foi uma estratégia dos militares destinada a oferecer oportunidade de educação à classe média, em um modelo onde houvesse racionalização das atividades, eficiência e produtividade, com formas de controle administrativo e político-ideológico do ensino superior.

Schwartzman³ apresenta dados que confirmam a expansão do ensino superior acima comentada. Em 1960, apenas 2% das pessoas entre 20 e 24 anos estavam matriculadas em universidades, enquanto em 1970, eram 5,2% e, em 1975, 11%. Essa expansão foi obtida com o aumento forçado de vagas no sistema público e, principalmente, com a ampliação do sistema privado. O autor também estabelece o relacionamento dessa expansão com a reforma de 1968, que, no segmento público, criava o corpo de

professores de tempo integral, aproximando-se do modelo americano de excelência, e cursos de pós-graduação para capacitar a formação de novos professores. No entanto, em apenas algumas áreas conseguiu-se esse objetivo, e associado a problemas salariais e de programas de pós-graduação de qualidade duvidosa, proliferou-se um professorado despreparado e com baixa qualificação.

Com base em dados estatísticos obtidos do INEP pode-se observar que a quantidade de alunos matriculados em curso superior, no ano de 1996, ultrapassa 1.800 mil alunos, com uma oferta anual de aproximadamente 630 mil vagas. O número de formandos anuais também ultrapassa 250 mil jovens. Esses valores comparados em termos médios a cada década podem ser resumidos na Tabela 1.1.

Década	Docentes	Matrículas	Tx.crescimento Docentes	Tx.crescimento Matrículas
60	35.814	193.008	-	-
70	79.321	925.133	121%	379%
80	117.276	1.428.942	48%	54%
90	138.775	1.646.408	18%	15%

Tabela 1.1 - Quantidades Médias de Docentes e Matrículas nas Últimas 4 Décadas

Região	Total Geral	Universidades			Federações e Integradas			Estabelecimentos Isolados		
		Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
BRASIL	92 2	13 6	72	64	143	11	132	643	128	515
Norte	34	9	8	1	4	-	4	21	4	17
Nordeste	97	26	22	4	10	3	7	61	15	46
Sudeste	57 5	62	20	42	103	2	101	410	65	345
Sul	12 2	29	16	13	10	2	8	83	23	60
Centro-Oeste	94	10	6	4	16	4	12	68	21	47

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Tabela 1.2 - Número de Instituições por Natureza e Dependência Administrativa, Segundo as Regiões - 1996

² Sguissardi, Valdemar. Para avaliar propostas de avaliação do ensino superior. In *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, vol.76, n° 184, Set/Dez-95, pp.555-6.

³ Schwartzman, S. O contexto institucional e político da avaliação. In *Avaliação do ensino superior*. São Paulo, EDUSP, 1992. pp. 16-7.

A Tabela 1.2, demonstra a quantidade de instituições de ensino superior existentes no país, tanto em termos regionais, como em relação à dependência administrativa e natureza. Nota-se predominância absoluta do segmento privado em termos de quantidades totais. Quando se avalia por segmento de conhecimento observa-se ainda maior predominância do ensino privado.

Para complementar o entendimento do quadro anterior, a Tabela 1.3 evidencia a evolução das matrículas em escolas de ensino superior públicas e privadas, a partir de 1986, demonstrando taxa de crescimento, nos últimos 10 anos, superior nos grupos estaduais e particulares, enquanto federais e municipais apresentaram acréscimos pouco relevantes.

O processo de avaliação do ensino superior acompanhou de maneira apática todas essas eta-

pas abordadas até a década de 70, não se estabelecendo qualquer mecanismo efetivo de acompanhamento a fim de assegurar um patamar mínimo de qualidade do ensino. O corpo docente buscava a obtenção do título para viabilizar melhores posições na carreira, o mercado pouco se interessava pela formação de excelência, principalmente decorrente do fechamento da economia brasileira nesse período e pouco se discutia a questão da qualidade e eficiência no âmbito acadêmico.

A partir da década dos 80, em função do expansionismo ocorrido e conseqüente queda de qualidade do ensino, a discussão sobre avaliação institucional do ensino superior começou a ser encarada com mais seriedade.

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1986	1.418.196	325.734	153.789	98.109	840.564
1987	1.470.555	329.423	168.039	87.503	885.590
1988	1.503.555	317.831	190.736	76.784	918.204
1989	1.518.904	315.283	193.697	75.434	934.490
1990	1.540.080	308.867	194.417	75.341	961.455
1991	1.565.056	320.135	202.315	83.286	959.320
1992	1.535.788	325.884	210.133	93.645	906.126
1993	1.594.668	344.387	216.535	92.594	941.152
1994	1.661.034	363.543	231.936	94.971	970.584
1995	1.759.703	367.531	239.215	93.794	1.059.163
1996	1.868.529	388.987	243.101	103.339	1.133.102
86/96 (%)	31,8	19,4	58,1	5,3	34,8

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Tabela 1.3 - Evolução da Matrícula por Dependência Administrativa Brasil 1980-1996

Sguissardi⁴ faz uma consideração alternativa quanto ao processo de avaliação das universidades no Brasil, alegando que as raízes do atual modelo datam do final dos anos 50 e da década dos 60, na época pré-golpe militar. Esse período democrático-populista de intensa mobilização da sociedade civil possibilitou o questionamento do

modelo universitário brasileiro que não atendia às necessidades sociais da época, embora a avaliação tenha sido feita de maneira assistemática. O golpe militar acabou, daí, sepultando o projeto de uma nova universidade.

Outro aspecto colocado por esse autor refere-se à lógica da eficiência existente no discurso governamental sobre a avaliação institucional da universidade, desde o início da década dos 80,

⁴ Sguissardi, V. op.cit. p.554

que reflete a concepção neoliberal de modernização, confundindo-se a idéia de autonomia universitária e traduzindo as questões educacionais para uma visão estreita de custo e benefício, além de questões de caráter puramente ideológico.⁵

Amorim⁶ faz uma abordagem histórica do processo de avaliação institucional, que desde a vinda das elites portuguesas é pautado pela avaliação dominante, de maneira que a elite mantivesse seu projeto hegemônico de sociedade, cerceando a descoberta e o domínio do saber inerentes à função universitária. O controle autoritário se fazia desde o momento de instalação de uma escola superior, pois eram idealizadas sob o modelo português de universidade e deveriam servir aos interesses da família real. Até a década dos 60 esse modelo de avaliação pouco evoluiu, sendo que em 1968, com a reforma do ensino superior, passou a ter forte influência de modelos autoritários, racionalistas e baseados em paradigmas norte-americanos. A década dos 70 foi marcada por inúmeras ações contestatórias e protestos contra o controle oficial da universidade, alegando-se que a avaliação representava uma submissão da universidade à ótica do capital internacional.

Apesar de alguns aspectos importantes observados nessas abordagens mais ideológicas, o atual momento em que vive a sociedade brasileira exige mecanismos de avaliação efetivos, que demonstrem publicamente ou o empenho de recursos governamentais ou a postura de proprietários de escolas. Não se deve buscar o controle do pensamento científico, mas sim avaliar efetivamente o que está sendo produzido e quanto está custando essa produção. Não há incompatibilidade entre os dois objetivos. É factível garantir autonomia para a universidade e cobrá-la por qualidade em seus produtos e serviços – ensino, pesquisa e extensão. A sociedade não pode ser a parte onerada pela formação de maus profissionais e de trabalhos científicos que não gerem qualquer tipo de retorno frente aos recursos investidos.

⁵ id.ibid. , pp.555-61.

⁶ Amorim, A. Avaliação institucional da universidade. São Paulo, Cortez, 1992. pp. 19-28.

Moreira⁷ defende a fixação de políticas de produtividade, de custos e de qualidade que orientem o melhor aproveitamento dos recursos especialmente em universidades públicas, não abandonando a missão previamente estabelecida, contemplando as dimensões ensino, pesquisa e extensão, embora agregando-se outros quesitos relativos a eficácia.

Segundo Castro⁸ a justificativa para se avaliar a educação não apenas no nível superior, mas também nos demais, decorre do fato de que a sociedade contribui, direta ou indiretamente, para o financiamento do ensino, e por isso, deve ter acesso à prestação de contas dessas entidades, bem como, tendo em vista a crescente ampliação da necessidade de conhecimento, é fundamental exigir das instituições de ensino o comprometimento de geração de profissionais capacitados a enfrentarem tal ambiente.

Trazendo a polêmica de se avaliar ou não a universidade para o momento mais recente, pode-se observar que existem diversas manifestações de solidariedade ao processo avaliativo.

Quando o Exame Nacional de Cursos-ENC, que é apenas parte do processo de avaliação institucional, foi implantado, entidades estudantis contestaram judicialmente a validade do instrumento. O Superior Tribunal de Justiça-STJ considerou legítimo o exame com base na seguinte interpretação:

“... a autonomia universitária, prevista no art. 207 da Constituição Federal, não pode ser interpretada como independência e muito menos, como soberania. A sua constitucionalização não teve o condão de alterar o seu conceito ou ampliar o seu alcance, nem de afastar as universidades do poder normativo e de controle dos órgãos federais competentes.”(MS no. 3318-2-DF)⁹

⁷ Moreira, D. A . Produtividade, custos e qualidade do ensino na universidade. In *Didática do ensino superior: técnicas e tendências*. São Paulo, Pioneira, 1997. pp.155-6.

⁸ Castro, M.H.G. Por que avaliar a educação? In *Revista do Provão. Brasília, Vol.1, nº.1, 1996*.

⁹ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Exame Nacional de Cursos: relatório síntese 1997*. Brasília, 1997. p.10.

Após a realização da terceira rodada do ENC, uma série de depoimentos na imprensa, de partes envolvidas no provão, revelam que a rejeição inicial foi substituída por uma postura de aceitação com um certo grau de reserva, principalmente quanto ao instrumento utilizado e às possíveis conseqüências. Podem ser notadas mudanças orientadas para a melhoria dos processos seletivos de ingresso nas faculdades, a fim de melhorar o perfil do aluno¹⁰; contratações de docentes com maior titulação em inúmeras escolas; menor mobilização dos alunos contra a prova¹¹; estímulo à qualificação de docentes sem pós-graduação; melhoria no conteúdo das disciplinas; maior preocupação com a qualidade do ensino, alteração curricular.¹²

Tendo em consideração toda essa polêmica quanto ao processo de avaliação e sua influência no dia-a-dia acadêmico, este trabalho busca analisar o posicionamento das faculdades de Administração do Distrito Federal, face ao modelo de avaliação institucional do ensino superior no Brasil, no intuito de se verificar quais impactos e críticas estão sendo gerados.

Modelo Atual de Avaliação

A avaliação institucional, segundo Amorim & Lian Sousa¹³, é parte de um projeto institucional concreto, construído a partir de ampla discussão com segmentos da sociedade e do Estado, e capaz de realizar transformações, possibilitando a articulação da instituição universitária com os reais problemas da sociedade. Nessa visão, entende-se o processo de avaliação como sendo um instrumento político, com objetivos e finalidades transparentes e democráticas, que podem servir à causa da educação e da mudança interna da universidade.

Após esse discurso da democracia do processo de avaliação, os autores identificam 3 eixos de avaliação da universidade: em função das relações com a sociedade, com o Estado e, inter-

nas, no sentido de estar cumprindo a sua finalidade de produção e disseminação de conhecimento.

Sguissardi¹⁴, também crítico de avaliações acadêmicas, argumenta que deve-se primeiramente definir os motivos e a finalidade da avaliação, existindo basicamente dois conceitos distintos de qualidade. O primeiro refere-se ao paradigma da eficiência e produtividade, e o segundo, à abordagem acadêmico-crítica. Na primeira, a qualidade decorre da racionalização e otimização, com vistas à eficiência e eficácia, revestindo-se em uma obsessão Tayloriana. Na última, a qualidade associa-se à capacidade de extrapolar as demandas imediatas do mercado e centrar a capacidade no pensamento crítico e na produção de conhecimento, sem as amarras da burocracia e do poder.

Em função da urgência de melhoria no sistema de ensino e de capacitação de profissionais mais aptos a enfrentarem as dificuldades de mercado em que o país está inserido, faz-se primordial a discussão da qualidade da educação numa vertente racional. É desejável preservar aspectos ideológicos importantes citados por esses autores, mas também é fundamental respostas efetivas para o problema que o país está vivenciando em seu sistema educacional. É sabido que carecem grandes políticas governamentais sobre educação e universidade, principalmente quando o foco está centrado no ensino fundamental. De qualquer forma, é válida a busca pela eficiência da alocação dos recursos, tal como já foi mencionado anteriormente.

A Secretaria de Educação Superior – SESu, do Ministério da Educação e do Desporto (MEC), é a unidade governamental responsável pelo Sistema de Avaliação do Ensino Superior, que compreende a análise do sistema nacional de ensino superior, o desempenho individual das instituições, o ensino em cada curso de graduação, e os programas de mestrado e de doutorado.

Para isto, a SESu faz uso dos resultados do Exame Nacional de Cursos - ENC, do trabalho realizado pelas Comissões de Especialistas que efetuam avaliações *in loco* das entidades, das informações da auto-avaliação institucional, dos dados estatísticos produzidos pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacio-

¹⁰ *Folha de São Paulo*. Faculdades buscam os melhores do 2º grau. São Paulo, 7 Jun. 98. pp.3-5.

¹¹ Idem. *Terceiro provão põe em cheque 395 cursos*. São Paulo, 7 Jun. 98. pp.3-4.

¹² *O Estado de São Paulo*. Provão melhora o ensino em várias faculdades. São Paulo, 6 jun. 98. p.A8.

¹³ Amorim & Lian Sousa, *op.cit.*, pp.128-30.

¹⁴ Sguissardi, *op.cit.*, pp.562-70.

nais e dos resultados da Avaliação de Cursos de Pós-Graduação efetuada pela CAPES - Fundação Centro de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior.¹⁵

A maior preocupação do MEC está centrada na qualidade do ensino, principalmente por afetar mais diretamente ambos os segmentos – público e privado – e um maior número de pessoas envolvidas – alunos de graduação. O pós-graduação detém mecanismos específicos de avaliação, coordenados pela CAPES. Os esforços de avaliação de produção acadêmica, pesquisa e extensão são incipientes.

Não obstante, é uma tentativa inicial de se resolver problemas, principalmente os que afetam maiores segmentos sociais. A democratização do conhecimento exige melhoria nas condições de funcionamento dos cursos superiores, e não apenas na maior facilidade de acesso.

Considerando o ensino de graduação como foco de interesse no presente momento, quais seriam os aspectos ou itens principais a serem abordados?

Belloni et al.¹⁶ elaboram uma proposta de avaliação institucional que congrega auto-avaliação e avaliação externa, integrando visões de pessoas que estão comprometidas com a universidade e segmentos sociais que atuam como *stakeholders*. A proposta apresentada tem característica completa, mas no tocante a avaliação de cursos de graduação traz como contribuição, em termos de avaliação externa, os seguintes pontos:

- Condições para funcionamento do curso: recursos humanos docentes e não-docentes, infra-estrutura física e técnica;
- Procedimentos para o desenvolvimento do curso: currículo e perfil profissional priorizado;
- Alunado e egressos: alunado, inserção no mercado de trabalho, capacitação e atualização dos egressos.

¹⁵ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, *op.cit.* pp.9-10.

¹⁶ Belloni, I., Belloni, J.A., Borges, M.M. & Sobral, D.T. Avaliação institucional da Universidade de Brasília. In Sobrinho, J. D. & Balzan, N.C. Avaliação institucional: teoria e experiências. São Paulo, Cortez, 1995. pp.87-113.

Sobrinho¹⁷ tece algumas considerações sobre temas-chave que deveriam ser considerados no processo de avaliação institucional, a saber: a totalidade – não deve ser restrita às testagens do conhecimento e de produção acadêmica, mas sim deve considerar todos os fins e meios, desde extensão até gestão interna; integração – a abordagem deve ser feita por áreas de conhecimento; processo – deve observar o caráter contínuo do processo educacional, permeando traços de cultura; comparabilidade – deve haver muita cautela na comparação entre instituições, pois as condições histórico culturais são diversas; flexibilidade; e credibilidade entre outros.

O modelo atual de avaliação do MEC engloba o Exame Nacional de Cursos – ENC, cujo objetivo está na mensuração dos conhecimentos e habilidades adquiridos pelos estudantes durante o curso de graduação e no levantamento do perfil sociocultural dos graduandos. É realizado na forma de prova objetiva/dissertativa e preenchimento de questionário. Duas outras informações complementam a avaliação, a titulação dos docentes – A: mais de 50% de professores com mestrado e doutorado; B: entre 31% e 50% com mestrado e doutorado; C: entre 21% e 30%; D: entre 11% e 20%; E: inferior a 10%; - e a jornada de trabalho – A: mais de 50% de professores com carga superior a 20h semanais; B: entre 31% e 50% acima de 20h semanais; e assim por diante.

Administração é um dos cursos com a maior proporção de docentes (55,7%) em tempo parcial e em nível de graduação e especialização. Também é nesse curso onde aproximadamente 10% das instituições federais e 35% das particulares estão conceituadas em D ou E. Em 1998, aproximadamente 36.000 formandos em Administração estão sendo submetidos ao provão. Em 1997, foram avaliados 354 cursos, sendo 72,6% deles mantidos por instituições privadas, concentrados basicamente no Sudeste e Sul do país (76,5%). Em 1997, a exemplo de 1996, o melhor desempenho foi registrado por cursos mantidos por instituições públicas (67,5% entre A e B e ape-

¹⁷ Sobrinho, J.D. Avaliação institucional, instrumento da qualidade educativa: a experiência da Unicamp. In Sobrinho, J. D. & Balzan, N.C. Avaliação institucional: teoria e experiências. São Paulo, Cortez, 1995. pp. 63-70.

nas 10% entre D e E). Pode-se observar, também, que houve uma evolução nas notas obtidas pelas instituições da ordem de 20%, ou seja, um quinto das escolas melhoraram de classificação entre os ENC de 1996 e de 1997.¹⁸

O segundo componente do atual modelo de avaliação do MEC é a Avaliação das Condições de Oferta, onde equipes denominadas Comissões de Especialistas – compostas por membros oriundos da comunidade acadêmica - efetuam visitas *in loco* nas instituições para verificar quesitos em três dimensões principais: qualificação do corpo docente (35%), organização didático-pedagógica (35%) e instalações (30%). O objetivo inicial dessas avaliações foi percorrer aqueles cursos que tivessem obtido conceitos D ou E no primeiro ENC, para atuar na forma de uma Consultoria, recomendando ações para a melhoria da qualidade de ensino dos cursos. Entre os quesitos avaliados nas 3 dimensões vislumbra-se:

- Qualificação do corpo docente: titulação formal, produção científica, experiência profissional e regime de trabalho, entre outros;
- Organização didático-pedagógica: concepção e execução do currículo, atividades de extensão; estágio supervisionado, práticas pedagógicas inovadoras, etc.

- Instalações: biblioteca, instalações propriamente ditas, equipamentos e materiais.

Análise da situação das escolas de Administração no DF

O Centro-Oeste apresentou o pior desempenho regional, explicitado por um percentual de mais de 65% de escolas classificadas nas notas D e E. O Distrito Federal, por sua vez, apresentou melhor avaliação. As 5 faculdades de Administração avaliadas, sendo uma pública federal e as demais privadas, apresentaram resultados semelhantes nos processos de 96 e 97, sendo que nesse último não houve nenhuma nota E no Exame. Existe uma outra faculdade, a Uneb - União Educacional de Brasília, que também oferece o curso de Administração, embora com habilitações em Sistemas de Informações, Hospitalar e Comércio Exterior, devendo integrar o Exame Nacional de Cursos a partir deste ano. A Tabela 3.1, mostra as escolas, tipo de dependência, natureza e localização.

Escola	Tipo de dependência	Natureza	Localização
UnB – Universidade de Brasília	Federal	Universidade	Plano Piloto
UCB – Universidade Católica de Brasília	Particular	Universidade	Taguatinga
UPIS – União das Pioneiras Integradas Sociais	Particular	Faculdade integrada	Plano Piloto
AEUDF – Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal	Particular	Estabelecimento isolado	Plano Piloto
CEUB – Centro de Ensino Unificado de Brasília	Particular	Estabelecimento isolado	Plano Piloto

Tabela 3.1 - Oferta de Cursos de Administração no Distrito Federal

¹⁸ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Exame Nacional de Cursos: relatório síntese 1997*. Brasília, 1997. pp.73-7.

A Tabela 3.2 relata os resultados obtidos pelas escolas do DF nos Exames Nacionais de Cursos em 1996 e 1997, contemplando também

as informações complementares relativas à titulação dos professores e à jornada de trabalho.

Instituição	1996			1997		
	Provão	Titulação	Jornada	Provão	Titulação	Jornada
UnB	A	A	A	A	A	A
UCB	C	B	D	D	C	B
UPIS	E	D	E	D	D	E
AEUDF	C	-	-	C	D	E
CEUB	B	C	E	B	C	E

Tabela 3.2 - Notas obtidas pelos Cursos de Administração do DF em 1996 e 1997

Dados relativos a 1995, obtidos no endereço <http://enc97.ufsm.br>, possibilitam uma análise do quadro dos professores dessas instituições em termos de titulação e

dedicação. A Tabela 3.3, traz esses valores comparativos, sendo os percentuais referentes ao total de cada instituição.

Instituição	Docentes em função de titulação e de jornada de trabalho											
	Com Doutorado			Com Mestrado			Com Especialização			Com Graduação		
	>= 40h	>=10h e <40h	< 10h	>= 40h	>=10h e <40h	< 10h	>= 40h	>=10h e <40h	< 10h	>= 40h	>=10h e <40h	< 10h
UnB	28%	2%	0%	42%	12%	0%	6%	2%	0%	2%	6%	0%
UCB	0%	0%	0%	0%	22%	0%	0%	64%	0%	0%	13%	2%
UPIS	0%	0%	0%	0%	8%	6%	0%	58%	6%	0%	14%	8%
AEUDF	0%	0%	0%	0%	11%	5%	0%	62%	19%	0%	3%	0%
CEUB	0%	0%	0%	2%	9%	18%	0%	29%	29%	0%	4%	9%

Tabela 3.3 - Avaliação do quadro de docentes das escolas de Administração do DF (titulação e jornada)

Pode-se observar claramente uma concentração de docentes com maior titulação e com maior grau de dedicação na faculdade pública federal. Nas particulares do DF, em 1995, havia um único caso de dedicação exclusiva (no CEUB), como também não se constatava nenhum docente com doutorado em seus quadros. As faculdades particulares

apresentavam como padrão uma concentração significativa de professores com especialização e com jornada parcial de trabalho.

Uma outra informação importante diz respeito à quantidade de alunos por docente (1995) e relação candidato/vaga para o vestibular de ingresso (1997), que pode ser vista na tabela 3.4.

Instituição	Docentes	Alunos	Alunos / Docentes	Candidatos/ Vagas	Notas obtidas (96)	Notas obtidas (97)
UnB	50	726	14,5	15,1	AAA	AAA
UCB	55	1086	19,7	6,9	CBD	DCB
UPIS	36	346	9,6	3,0	EDE	DDE
AEUDF	37	1412	38,2	4,6	C**	CDE
CEUB	45	743	16,5	5,3	BCE	BCE

Tabela 3.4 - Quantidade de Docentes, Alunos e Candidatos nas Escolas de Administração

Efetuada-se uma análise exploratória desses dados, pode-se obter algumas indicações preliminares. A melhor nota alcançada pelos alunos, no provão, ocorre justamente na universidade que apresenta a maior concorrência de ingresso. As demais concorrências são muito próximas e não permitem diferenciar os resultados alcançados. Quando compara-se a formação dos professores e o resultado obtido pelos alunos parece também haver correlação positiva entre ambos. No entanto, existem inúmeros outros fatores que colaboram com essa nota, além do conhecimento do aluno e de sua formação acadêmica, como por exemplo o grau de comprometimento com os objetivos do ENC e a ação de boicote à prova que foi articulada por entidades estudantis, principalmente em 1996.

É muito arriscado efetuar-se uma análise quantitativa mais estruturada com uma massa de dados tão pequena, principalmente em termos de comportamento temporal, haja visto que existem apenas 2 anos de série histórica.

De qualquer maneira, todos os dados apresentados até aqui referem-se aos períodos anteriores, não explicitando ainda os esforços que essas instituições de ensino vêm adotando atualmente para melhorar a qualidade de ensino, instalações, organização didático-pedagógica, etc. Algumas ações tomadas por determinadas escolas já trarão resultados para o ENC-98, principalmente em termos de melhor qualificação de docentes e maiores jornadas de trabalho, uma vez que renovaram seus quadros com a contratação de novos professores mais capacitados. O melhor desempenho dos alunos, no provão, é um objetivo de mais longo prazo,

uma vez que os atuais formandos ainda trazem consigo o reflexo da baixa qualidade de ensino praticada até então.

Além disso, as escolas que apresentaram letras D e E, no ENC-96 e 97 (UPIS e UCB), foram visitadas no primeiro semestre de 1998 por comissões de especialistas do MEC para verificação *in loco* das condições de oferta, no intuito de oferecer uma espécie de consultoria para a resolução dos problemas e não no sentido de se promover punições.

Para conhecer de maneira mais efetiva como as instituições de ensino do DF estão encarando o atual modelo de avaliação promovido pelo MEC, buscou-se entrevistar todos os coordenadores ou chefes de departamento do Curso de Administração, utilizando-se para isso um roteiro estruturado, com escala de valores (1 = menor concordância e 10 = maior concordância), conforme modelo, no Anexo I.

Nessa entrevista estruturada, procurou-se avaliar a importância e a validade do Exame Nacional de Cursos como um dos instrumentos do processo de avaliação do Ensino Superior, bem como a necessidade de mecanismos complementares, como por exemplo a Comissão de Especialistas (questões 1 a 4)

Outro aspecto que se buscou conhecer na entrevista refere-se aos impactos provocados pelo modelo em implementação, sob 3 dimensões básicas: modificações no comportamento do mercado ou por vestibulandos ou por outras instituições no momento de seleção da escola (questões 5 e 6); mudanças nos critérios de contratação de docentes (questão 7); destinação de

investimentos em infra-estrutura acadêmica (questões 8 e 9).

Por último, também objetivou-se verificar a utilização de instrumentos alternativos ou compensatórios para melhorar o desempenho dos alunos no provão, como por exemplo “cursinhos para o provão” (questão 10)

Resultados Obtidos com o Questionário

A Tabela 4.1, mostra os resultados obtidos com a aplicação do questionário nas entrevistas

Número Questão	Quantidade de respostas em cada escala de valor (máximo = 4 por questão)									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1					1			1		2
2								2		2
3	1						1			1
4							1		1	2
5					1	1				1
6						1			1	2
7	1							1	1	1
8	1		1						1	1
9	1				1				2	1
10					1				1	2

Tabela 4.1 - Resultados Obtidos com a Aplicação do Questionário

Analisando-se os blocos de questões identificados no item anterior, pode-se observar que há forte concordância a respeito da utilização do modelo de avaliação institucional composto por ENC e Comissão de Especialistas, inclusive quanto aos critérios estabelecidos que envolvem titulação, jornada, infra-estrutura, etc. No item referente a desgastes promovidos pelo instrumento “provão”, as respostas não convergem para uma mesma opinião.

Quanto ao segundo bloco, relativo a impactos, pode-se observar que, na opinião da maioria dos gestores dos cursos, o mercado já está utilizando o ranking do ENC como um dos critérios de classificação. Em relação à contratação de professores, em apenas uma das instituições, os requisitos não foram alterados, pois o critério de titulação e dedicação sempre foi observado. É interessante realçar um comentário efetuado por um entrevistado de que

com os coordenadores ou chefes de departamento de cursos de Administração no DF. Os resultados não estão identificados com a escola entrevistada para garantir a confidencialidade das informações prestadas, bem como referem-se a 80% dos casos observados na população, uma vez que não se conseguiu agendamento com um determinado coordenador.

mudou-se radicalmente a relação paternalista anteriormente existente entre coordenação e professor - paga-se de maneira justa, exige-se resultado e dispensa-se quando os objetivos não estiverem sendo atingidos. Em termos de investimento em infra-estrutura, pode-se perceber também que está ocorrendo inversões maciças em laboratórios e bibliotecas, na metade dos casos. Um fato verificado em uma das instituições visitadas é o acesso à Internet, inclusive com e-mail, para todos os alunos, com grande disponibilidade de máquinas atualizadas, bem como o volume significativo de livros novos nas estantes da biblioteca, muitos deles comprados durante o ano de 1997.

Por último, a questão dos cursinhos preparatórios para o provão divide a opinião dos entrevistados, no sentido de que alguns alegam que é uma disfunção da universidade, prejudicando enormemente o processo de

ensino-aprendizagem, enquanto outros defendem a tese de que é uma possibilidade de revisão dos principais assuntos tratados durante os diversos anos de graduação.

De uma forma geral, no Distrito Federal, o modelo de avaliação defendido pelo MEC parece estar conseguindo obter adeptos mesmo no ambiente avaliado, o que é extremamente positivo, pois somente se dará a melhoria na qualidade do ensino como um todo se houver comprometimento entre as partes envolvidas.

As diferenças de respostas em alguns quesitos são reflexo imediato das distintas estruturas das universidades/faculdades existentes no DF e da forma com que os recursos são geridos, mas todas, em maior ou menor grau, estão imbuídas de atingir um patamar mais elevado de qualidade de ensino. Com base na conversação informal, no momento de aplicação do questionário, e tendo em consideração as medidas que já foram adotadas por essas instituições – contratação de novos professores com maior capacitação, expansão de jornada de professores, adequação de currículos e investimentos maciços na infraestrutura - pode-se afirmar, certamente, que no contexto Administração e DF, as entidades devem melhorar significativamente as notas nos próximos dois anos, e conseqüentemente a qualidade do ensino.

A questão preocupante, que permanece após a realização dessas entrevistas, é a utilização de processos preparatórios para o provão. Embora seja apenas um dos itens do rol de instrumentos de avaliação institucional, o risco inerente de se criar uma figura de “vestibular de saída” é muito alto. Talvez em função da urgência de obter uma melhor classificação as escolas estejam induzindo a essa prática, mas espera-se que realmente seja momentânea.

CONCLUSÕES

Analisando-se os principais aspectos expostos anteriormente, pode-se concluir que o processo de avaliação institucional é passível de implementação, sem constituir um mecanismo de doutrinação ideológico nem de submissão a capitais internacionais. Deve-se preservar a missão das universidades e faculdades, garantindo-lhes autonomia de atuação e

liberdade de pensamento, mas cobrando-se resultados, haja visto que são recursos da sociedade – na forma de empenhos públicos ou na forma de pagamento de mensalidades e outras contribuições – que financiam essa atividade.

A prestação de contas é salutar pois possibilita identificar problemas e colaborar na sua resolução. No caso específico da educação, onde coexistem atividades de ensino, pesquisa e extensão, principalmente no âmbito universitário, a avaliação deve retratar esses segmentos, utilizando-se de instrumentos diferenciados para cada enfoque.

O modelo atual de avaliação do ensino de graduação compreende principalmente o Exame Nacional de Cursos e a Avaliação das Condições de Oferta, os quais possibilitam o mapeamento da situação de qualificação do corpo docente, da organização didático-pedagógica, de instalações e dos conhecimentos e habilidades desenvolvidos pelos alunos em seus cursos.

Embora inicialmente tenha recebido uma série de críticas, mesmo porque não é um instrumento perfeito, devendo ser melhorado para conseguir obter uma visão mais abrangente do sistema de ensino, acredita-se que esse modelo esteja trazendo alguns resultados positivos em termos nacionais.

Para comprovar essa afirmação, a pesquisa efetuada nas faculdades de Administração no Distrito Federal possibilitou identificar uma boa receptividade ao instrumento de avaliação, principalmente por parte dos próprios avaliados, o que evidencia comprometimento desses agentes, independentemente das notas que seus cursos tenham obtido nas duas primeiras versões do ENC.

Finalmente, há uma notória expectativa de que a qualidade de ensino superior possa ser incrementada nessa localidade, pois investimentos em recursos humanos, didático-pedagógicos, e tecnológicos vêm sendo efetuados com seriedade, orientando as ações dessas escolas para o alcance de objetivos relacionados à colocação de profissionais mais capacitados no mercado de trabalho competitivo.

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, A. & LIAN** Sousa, S.M.Z. Avaliação institucional da universidade brasileira: questões polarizadoras. In *Estudos em Avaliação Educacional*, Brasília, vol. X, Jul/Dez-94.
- AMORIM, A.** Avaliação institucional da universidade. São Paulo, Cortez, 1992.
- DURHAM, E.R. & SCHWARTZMAN, S.** (orgs). *Avaliação do ensino superior*. São Paulo, EDUSP, 1992.
- FOLHA DE SÃO PAULO.** Faculdades buscam os melhores do 2º grau. São Paulo, 7 Jun.98.pp.3-5.
- FOLHA DE SÃO PAULO.** Terceiro provão põe em cheque 395 cursos. São Paulo, 7 Jun.98.pp.3-4.
- INSTITUTO NACIONAL** de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Exame Nacional de Cursos: relatório síntese 1997*. Brasília, 1997. 122pp.
- INSTITUTO NACIONAL** de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Revista do Provão. Brasília*, vol.1, nº.1, 1996.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO** e do Desporto - SESU. Relatório síntese de verificação das condições de oferta de cursos de graduação. Brasília, 1997. 14pp.
- MOREIRA, D. A.** (org). *Didática do ensino superior: técnicas e tendências*. São Paulo, Pioneira, 1997.
- O ESTADO DE SÃO PAULO.** Provão melhora o ensino em várias faculdades. São Paulo, 6 jun. 98. p. A8.
- SGUISSARDI, V.** Para avaliar propostas de avaliação do ensino superior. In *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, vol.76, nº. 184, pp.549-578, Set/Dez-95.
- SOBRINHO, J. D. & Balzan, N.C.** Avaliação institucional: teoria e experiências. São Paulo, Cortez, 1995.

Anexo I: PESQUISA SOBRE IMPACTOS DO EXAME NACIONAL DE CURSOS (ENC), NAS FACULDADES DE ADMINISTRAÇÃO NO DF

Respondido pelo: () Coordenador de graduação () Chefe de Depto () Diretor () Outros

1. A nova LDB (Lei 9.394/96) determina que todo o ensino deve ser ministrado com base no princípio da “garantia de padrão de qualidade”, entre outros. O Exame Nacional de Cursos é um instrumento essencial para o alcance desse objetivo em Escolas de Administração.

Menor concordância	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Maior concordância
--------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------------------

2. A utilização de dois outros critérios para a classificação das escolas – “Titulação de Docentes” e a “Jornada de Trabalho” – é relevante para a determinação do nível de Qualidade do ensino no curso de Administração.

Menor concordância	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Maior concordância
--------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------------------

3. O ENC é um processo que promove maior desgaste às escolas do que aos alunos que são submetidos a uma bateria de exames.

Menor concordância	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Maior concordância
--------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------------------

4. O Decreto 2.026, de 10/11/1996, instituiu uma avaliação *in loco* por comissões de especialistas no intuito de se verificar as condições de oferta em termos de três dimensões: qualificação do corpo docente, organização didático-pedagógica e instalações. Esse tipo de avaliação é complementar e não substitui o ENC.

Menor concordância	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Maior concordância
--------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------------------

5. Os alunos do 2º grau já estão adotando o ranking oferecido pelo MEC como um dos critérios para a escolha da Escola de Administração em que virão a prestar vestibular e cursar.

Menor concordância	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Maior concordância
--------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------------------

6. A Instituição de Ensino vem sendo mais rejeitada ou melhor aceita por entidades públicas e privadas em função de sua classificação no provão, principalmente para fins de estabelecimento de convênios e de obtenção de bolsas de estudo pelos alunos.

Menor concordância	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Maior concordância
--------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------------------

7. Um dos efeitos provocados pela instituição do ENC (Provão) e demais critérios de avaliação (Titulação e Jornada) foi a modificação nos requisitos para a contratação de professores pela sua Escola.

Menor concordância	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Maior concordância
--------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------------------

8. Após a instituição do ENC, houve investimentos significativos em melhoria da infra-estrutura acadêmica de salas de aula e laboratórios de informática de sua Escola.

Menor concordância	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Maior concordância
--------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------------------

9. Após a instituição do ENC, houve expansão da quantidade de volumes e atualização do acervo da biblioteca de sua Escola.

Menor concordância	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Maior concordância
--------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------------------

10. Reconhecendo a possível fragilidade do conhecimento de formandos, algumas Escolas de Administração têm promovido simulados e cursos preparatórios ao Provão. Essa prática não contribui com a melhoria da qualidade do ensino de Administração.

Menor concordância	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Maior concordância
--------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------------------